

UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS: PIONEIRAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR COM COMPROMISSO SOCIAL, INOVAÇÃO E QUALIDADE.

Contribuição do COMUNG¹ e da ACAFE² para a elaboração do *Documento Referência do Fórum Nacional de Educação Superior*

Tendo em vista o contexto da educação no Brasil e as recomendações da *Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe* - realizada na Colômbia em 2008 (CRES 2008), a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação destacou três eixos temáticos que merecem especial atenção das políticas públicas brasileiras para a transformação qualitativa da educação superior:

- 1) Democratização do acesso e flexibilização de modelos de formação;
- 2) Elevação da qualidade e avaliação; e
- 3) Compromisso Social e Inovação.

É do entendimento do COMUNG e da ACAFE que esses três eixos, detalhados pelo *Documento Referência para o Fórum Nacional de Educação Superior*, que deve ocorrer no próximo mês de abril, em Brasília, têm sido

¹ No ano de 1993, as instituições comunitárias, nascidas do esforço de organismos endógenos da sociedade rio-grandense, conhecedoras da realidade das diversas regiões do estado e aptas a intervir positivamente no desenvolvimento regional, no propósito comum de realizarem projetos conjuntos para uma atuação cada vez mais eficiente nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão no território do Rio Grande do Sul, firmaram um Protocolo de Ação Conjunta constituindo o COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. Fazem parte do Consórcio as seguintes instituições: **UNIJUI** – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; **UPF** – Universidade de Passo Fundo; **UCS** – Universidade de Caxias do Sul; **URCAMP** – Universidade da Região da Campanha; **URI** – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; **UNICRUZ** – Universidade de Cruz Alta; **UNISC** – Universidade de Santa Cruz do Sul; Centro Universitário **FEEVALE** de Novo Hamburgo; **UCPEL** – Universidade Católica de Pelotas; Centro Universitário **UNIVATES** de Lajeado; **UNISINOS** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos; e **PUCRS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Em 1974, os presidentes das fundações criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado constituíram a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais, entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal. Fazem parte da ACAFE as seguintes instituições: **UNIDAVI** – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí; **FURB** – Fundação Universidade Regional de Blumenau; **UNIPLAC** – Universidade do Planalto Catarinense; **UNIVALI** – Universidade do Vale do Itajaí; **UNISUL** – Universidade do Sul de Santa Catarina; **UNOESC** – Universidade do Oeste de Santa Catarina; **UNC** – Universidade do Contestado; **UDESC** – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina; **UNERJ** – Centro Universitário de Jaraguá do Sul; **UNESC** – Universidade do Extremo Sul Catarinense; **UNIBAVE** – Centro Universitário Barriga Verde; **UNIFEBE** – Centro Universitário de Brusque; **UNIVILLE** – Universidade da Região de Joinville; **UNOCHAPECÓ** – Universidade Comunitária Regional de Chapecó; **USJ** – Centro Universitário Municipal de São José; **IELUSC** – Associação Educacional Luterana Bom Jesus.

transversais na trajetória do modelo de universidade comunitária, nascido no interior dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

As instituições comunitárias gaúchas e catarinenses constituem-se em casos exemplares do potencial e da autonomia da sociedade civil, bem como da sua capacidade de gerar cooperação entre seus diversos segmentos e poderes locais/regionais.

Entretanto, essas instituições, regionais e laicas, que surgiram da associação entre poderes públicos locais e os diversos segmentos da sociedade civil a partir da segunda metade do século XX, tem sido confundidas com empresas que concebem a educação como mercadoria e negócio lucrativo. Tal confusão conceitual tem dificultado que o conjunto de universidades comunitárias (28 universidades surgidas no interior dos dois estados do sul) seja reconhecido na contribuição histórica que realizaram em termos de:

1) **Democratização do acesso e flexibilização de modelos de formação:** diante da omissão do Estado com relação às populações do interior, as instituições comunitárias sempre trabalharam pela ampla oferta de vagas, nas mais diversas carreiras. Para isso, tiveram que inovar em termos institucionais, criando programas de bolsas com recursos próprios, bem como currículos coerentes com a realidade de seu entorno. A preservação de identidades regionais e a garantia de equidade são princípios pelos quais as universidades sempre lutaram.

2) **Busca pela qualidade e por mecanismos consistentes de autoavaliação:** todas as instituições comunitárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina nasceram como faculdades isoladas e foram se desenvolvendo até conquistar o *status* de universidade ou centro universitário. Para isso, tiveram que investir em recursos humanos e financeiros que garantissem excelentes avaliações por parte das agências governamentais. Além disso, trilharam uma trajetória exitosa no que diz respeito à auto-avaliação de seus processos – exemplo disso é o PAIUNG (Programa de Avaliação Institucional das Universidades do COMUNG). Ao longo dos anos, as universidades vêm apresentando resultados muito bons em exames como o ENADE, na avaliação *in loco* de cursos de graduação e na avaliação de programas de mestrado e doutorado – nesse tocante, vale destacar que a maioria delas já conta com

programas recomendados pela CAPES. Para além de atender às exigências dos padrões nacionais, que por sua vez são regidos por padrões internacionais de qualidade, as instituições têm nas suas comunidades um elevado grau de satisfação pelos serviços prestados.

3) **Compromisso social e inovação:** as instituições comunitárias têm como cerne de sua missão o compromisso com o desenvolvimento regional e a qualificação da vida das populações. Esse princípio está presente em seus projetos político-pedagógicos desde sua criação. A responsabilidade em produzir conhecimento útil à sociedade tem, aos poucos, feito com que as universidades comunitárias sejam reconhecidas em nível nacional e internacional pelo seu ensino, sua pesquisa e sua extensão.

Em resumo, as instituições comunitárias foram criadas e cresceram sem a tutela dos órgãos oficiais, logo com autonomia, e têm cumprido de maneira exemplar com as principais metas que atualmente estão sendo formuladas como fundamentais para o desenvolvimento de um mundo feito por países mais justos e com equidade.

Sendo assim, o **COMUNG** e a **ACAFE** apresentam a seguinte **proposta** ao documento oficial brasileiro que será apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior, a realizar-se em julho de 2009, em Paris/França:

Reconhecimento do modelo comunitário de educação superior como um modelo específico, distinto do modelo estatal e do modelo privado, que vem assegurando educação de qualidade, comprometida com a realidade regional brasileira.

O reconhecimento aqui proposto passa por uma série de ações a serem desencadeadas pelas políticas públicas nos três eixos acima descritos. Através dessas ações, as instituições comunitárias poderão dar continuidade ao trabalho que sempre fizeram, mas agora de forma mais abrangente, com a parceira do Estado e sem ônus aos seus estudantes.

Dentre as ações que podem ser levadas a efeito, de modo a reconhecer o modelo comunitário como essencial para o desenvolvimento e a qualificação da educação superior estão:

- parceria entre Estado e instituições comunitárias para ampliação do acesso à educação superior nas comunidades do interior, através da oferta de programas especiais de bolsas;
- apoio a cursos voltados às necessidades e potencialidades locais;
- abertura de editais de pesquisa e de extensão que priorizem projetos de instituições de caráter comunitário;
- valorização da inserção comunitária nas avaliações de cursos e instituições, através da definição clara de critérios.

As universidades comunitárias constituem-se em um modelo brasileiro, original e propício para um país de dimensões continentais. Ele merece ser reconhecido pela sua contribuição histórica pioneira na interiorização da educação superior e subsidiado pelo Estado, uma vez que a complexidade conquistada por essas instituições não é mais sustentável, como foi durante décadas dedicadas à formação profissional, com os recursos dos beneficiários.

Certamente uma série de novas regulações será necessária para aperfeiçoar este modelo. Porém, seu valor é inquestionável. Elas são muitas, e suas construções precisam ser levadas em conta pelas políticas públicas. A experiência de quase meio século dessas universidades precisa ser ouvida, porque ela conta com um conhecimento da realidade, das dificuldades e do potencial do interior que as grandes universidades públicas situadas nos pólos culturais das metrópoles desconhecem.